

ACP MOBILIDADE, Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017



ÍNDICE

1. Enquadramento macroeconómico	3
2. Atividade da empresa	4
3. Políticas de gestão de risco	6
4. Perspetivas para 2018.....	7
5. Proposta de aplicação dos resultados.....	7
6. Considerações Finais	7

Anexo – Demonstrações Financeiras

Balanço

Demonstração dos resultados

Demonstração das alterações no capital próprio

Demonstração de fluxos de caixa

Anexo ao balanço e às demonstrações dos resultados

Anexo – Certificação Legal das Contas

ACP MOBILIDADE, Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Conselho de Administração

Carlos de Alpoim Vieira Barbosa

Florbelá Soares Almeida

André Veloso Ferreira dos Santos

Conselho Fiscal

Manuel de Andrade Lopo de Carvalho

Rute Luísa Pereira dos Santos

Frederico Carvalhosa Mendes de Almeida

Sociedade Revisora Oficial de Contas

Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados, SROC, Lda. representada por José Maria Ribeiro da Cunha

Senhores Acionistas,

De harmonia com as disposições legais, o Conselho de Administração do ACP Mobilidade, Sociedade de seguros de Assistência, S.A. vem apresentar a V. Exas. o relatório de gestão e contas relativos ao exercício de 2017.

1. Enquadramento macroeconómico

1.1. Macroeconomia

Os fatos mais relevantes do ano com impacto nos principais indicadores económicos mundiais foram o primeiro ano do mandato de Donald Trump enquanto Presidente dos Estados Unidos e toda a turbulência interna e externa em volta do mesmo. Destacou-se ainda a tensão entre as 2 Coreias e o papel dos Estados Unidos nesse conflito. Este, a meio do ano, escalou para um potencial problema de guerra nuclear, mas no fim do ano observou uma significativa melhoria, com uma aproximação diplomática entre as 2 Coreias que levou inclusivamente à decisão de apresentar uma delegação comum aos Jogos Olímpicos de Inverno que em 2018 se realizam na Coreia do Sul.

A China manteve a sua trajetória de crescimento da sua importância na economia mundial, aproveitando também a situação instável dos EUA e invertendo o discurso e políticas ecológicas. São cada vez mais fortes os rumores da substituição do Dólar pelo Yuan enquanto moeda de referência pelo menos nalgumas transações e nalguns mercados.

Na Europa, consolidou-se a posição francesa e as eleições na Alemanha vieram trazer uma super coligação entre democratas cristãos e sociais democratas, sob a liderança de Angela Merkel, mas com aumento do poder dos sociais democratas de Martin Schulz no executivo.

As taxas de juro na Europa mantêm os seus níveis muito baixos, mantendo-se o plano de incentivos do Banco Central Europeu. Contudo, o aumento das pressões inflacionistas pode levar a um aumento das taxas de juro, ainda que pouco expressivo, já em 2018. Nos EUA, as taxas de juros estão já em níveis mais altos, sendo que a Reserva Federal Americana tem seguido uma política monetária menos expansionista. Ao longo do ano, o dólar desvalorizou-se de forma significativa face ao Euro.

Os índices bolsistas mundiais apresentaram um excelente desempenho em 2017, contudo no início de 2018, foram observados significativos movimentos de correção. O preço do petróleo, assim como de outras “commodities” apresentou igualmente uma subida no período mencionado.

Em Portugal, os indicadores económicos de 2017 continuam bastante positivos, tendo visto o seu rating sair do nível especulativo, também designado de “lixo”, para o nível de investimento por mais 2 das principais agências de rating, a Standard & Poors e a Fitch, restando apenas a Moody's que de qualquer forma subiu o Outlook para positivo podendo vir a subir o rating de

Portugal num futuro próximo. Estas decisões diminuem a pressão externa sobre a economia e melhoram a capacidade de captação de fundos da república portuguesa, mantendo Portugal a permanência no programa de cedência de fundos do BCE.

Em 2017, perspectiva-se que o PIB português possa crescer cerca de 2,7% e a taxa de desemprego continua a descer, apresentando 8,1% no final do ano.

Portugal continua a apresentar taxas de crescimento do PIB positivas, a redução sucessiva da taxa de desemprego, uma redução do défice acima do esperado o que é bastante positivo, contudo apresenta ainda um elevado desequilíbrio ao nível financeiro, com défices sucessivos nas contas públicas, ainda que cada vez mais baixos e com a manutenção de uma elevada dívida pública.

1.2. Área seguradora

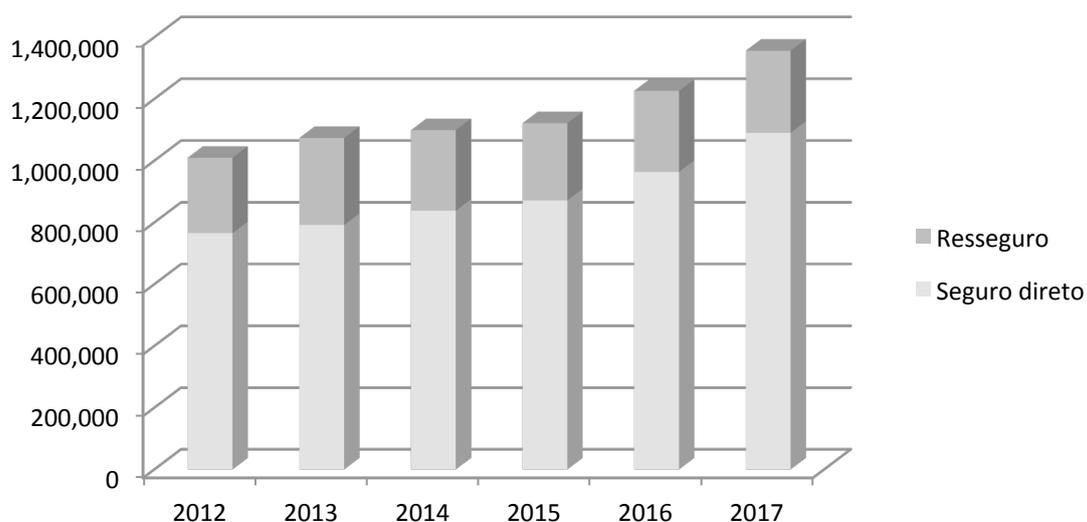
No ano 2017, o volume de produção das empresas de seguros supervisionadas pela ASF subiu para 10.701 milhões de euros, representando um acréscimo de 4,1% comparativamente com o ano 2016. O aumento da produção do ramo vida foi de 3,2% e, no ramo não vida, foi de 5,6%. O resultado das empresas aumentou igualmente atingindo 350 milhões de euros (+120% face ao ano anterior).

2. Atividade da empresa

2.1. Síntese da atividade e performance

Em 2017, o resultado da empresa ascende a cerca de 182 mil euros, representando uma quebra face ao ano 2017. O resultado técnico atinge os 98 mil euros.

Os prémios brutos emitidos registaram uma nova subida alcançando 1.354.885 €, mais 10% face ao período homólogo, essencialmente na componente de seguro direto.



Os custos com sinistros ascenderam a 842 mil euros, representando um aumento de cerca de 27% face a 2016. A tendência de aumento de sinistralidade manteve-se em 2017. Efetivamente, algumas carteiras apresentaram um rácio de sinistralidade acima do expectável, tendo sido já tomadas algumas medidas para inverter esta situação.

2.2. Investimentos e estrutura financeira

Distribuição por tipo de investimentos em 2017 e 2016.

Tipo de investimentos	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
Em partes de capital	2.192.702	56,24%	2.343.034	60,17%
Em depósitos a prazo	1.020.000	26,16%	720.000	18,49%
Em depósitos à ordem	346.402	8,88%	225.505	5,79%
Em obrigações	0	0,00%	265.379	6,82%
Em imóveis	340.000	8,72%	340.000	8,73%

Unidade: euros

A principal diferença face a 2016 foi o desinvestimento em obrigações, tendo como contrapartida o aumento dos depósitos. A situação particular no mercado obrigacionista, em especial nos títulos com notações de rating elevadas, levou a companhia a retirar todo o seu investimento em obrigações.

A estrutura financeira da empresa mantém-se sólida, representando os capitais próprios da companhia 80% dos capitais totais.

A ACP Mobilidade no seu Passivo não apresenta qualquer endividamento bancário.

3. Políticas de gestão de risco

Nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais vem a sociedade informar as principais políticas de gestão de risco:

3.1. Risco de preço / mercado

As operações de negócios em moeda estrangeira, especialmente na compra e venda, expõem a Sociedade a riscos cambiais, como resultado de flutuações nas taxas de câmbio. No entanto, grande parte das transações é efetuada com entidades do Espaço Comunitário, sendo o risco de exposição cambial residual. No que respeita às variações nas taxas de juro, atendendo ao facto de a empresa ser financiada por capitais do grupo ACP e, os contratos com fornecedores / clientes não preverem o vencimento de juros a gestão entende que o risco é residual.

3.2. Risco de liquidez / crédito / fluxos de caixa

A estrutura de financiamento da empresa assenta essencialmente em capitais provenientes do Grupo ACP. Estes instrumentos de financiamento permitem à empresa a liquidez necessária para a satisfação dos seus compromissos sem recurso ao financiamento bancário. O foco da empresa é sobre a gestão de capital circulante e despesas de capital. Como consequência da sua política de gestão do ativo circulante e da sua eficiente gestão, a empresa dispõe atualmente de uma situação confortável em termos de liquidez. Não obstante, os principais riscos decorrem dos compromissos assumidos com os fornecedores e da eventual falta de pagamento dos seus clientes. No entanto, a empresa mantém políticas regulares de cobrança e regularização dos seus compromissos.

4. Perspetivas para 2018

Ao nível da produção, a companhia prevê aumentar a produção através da captação de novos clientes, embora de forma sustentada, atendendo à sua dimensão. Terá ainda como objetivo o equilíbrio entre prémios e custos com sinistros nalguns contratos que permitam o incremento dos resultados técnicos.

A Companhia continua a acompanhar as evoluções no quadro regulatório, em particular as que resultam do novo regime Solvência II, prosseguindo com as reformulações necessárias da sua organização interna, a quais têm vindo a representar um esforço considerável.

O Conselho de Administração está confiante que o ano 2017 confirmará a tendência de crescimento com resultados sustentados.

5. Proposta de aplicação dos resultados

O resultado líquido do exercício foi de 182.022,04 euros (cento e oitenta e dois mil vinte e dois euros e quatro cêntimos).

O Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação do resultado líquido do exercício:

- Reservas Legais: 18.202,20 euros;
- Reservas Livres: 23.819,84 euros;
- Dividendos: 140.000,00 euros.

6. Considerações Finais

Nos termos e para efeitos do D.L. nº 411/91 de 17 de outubro, o Conselho de Administração declara que a empresa não tem dívidas perante a Segurança Social.

Finalmente, o Conselho de Administração não quer deixar de agradecer a colaboração de todos os que têm contribuído para este facto, em particular:

- à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- ao Conselho Fiscal;
- ao Revisor Oficial de Contas;

- aos colaboradores do Automóvel Clube de Portugal e do ACP Serviços de Assistência que colaboram neste projeto;
- e às demais entidades que, de uma forma direta ou indireta, têm dado o seu contributo à empresa.

Lisboa, 9 de março de 2018

O Conselho de Administração

Carlos Barbosa

Florabela Almeida

André Veloso

ACP MOBILIDADE, Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.

BALANÇO DO EXERCÍCIO DE 2017

ACP MOBILIDADE, Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.

Anexo ao Relatório de Gestão do Exercício de 2017

Acionistas que, nos termos do artigo 448, nº 2 do Código das Sociedades Comerciais, titulares de, pelo menos, um décimo, um terço ou metade do capital:

Automóvel Club de Portugal, com sede na Rua Rosa Araújo, 24, em Lisboa, titular de 489.300 ações, correspondente a 97,86% do capital social.

O Conselho de Administração



ACP Mobilidade-Sociedade de Seguros de Assistência, SA
Balço em 31 de Dezembro de 2017

(Unidade: Euros)

Rubricas	Notas	31/dez/17			31/dez/16
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	Valor Líquido
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	7 e 11	346 402,07		346 402,07	225 604,74
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	6 e 11	2 192 701,75	0,00	2 192 701,75	2 343 034,34
Associadas e empreendimento conjuntos		2 192 701,75		2 192 701,75	2 343 034,34
Filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				0,00	
Activos disponíveis para venda		0,00	0,00	0,00	265 379,01
Investimentos em outras empresas participadas e participantes				0,00	
Outros investimentos	11			0,00	265 379,01
Empréstimos e contas a receber		1 020 000,00	0,00	1 020 000,00	720 000,00
Outros depósitos	11	1 020 000,00		1 020 000,00	720 000,00
Empréstimos concedidos				0,00	
Contas a receber				0,00	
Outros				0,00	
Terrenos e edifícios		340 000,00	0,00	340 000,00	340 000,00
Terrenos e edifícios de uso próprio				0,00	
Terrenos e edifícios de rendimento	11	340 000,00		340 000,00	340 000,00
Outros activos tangíveis	8	1 585,10	(1 585,10)	0,00	
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		761 872,25	(6 864,11)	755 008,14	662 970,15
Contas a receber por operações de seguro directo	13	707 768,63	(6 864,11)	700 904,52	615 765,57
Contas a receber por outras operações de resseguro	13	45 341,65		45 341,65	40 228,84
Contas a receber por outras operações	13	8 761,97		8 761,97	6 975,74
Activos por impostos		32 430,24	0,00	32 430,24	62 732,72
Activos por impostos correntes	19	32 430,24		32 430,24	62 732,72
Activos por impostos diferidos	19			0,00	
Acrescimos e diferimentos	22	6 268,60		6 268,60	18 721,09
Total do Ativo		4 701 260,01	(8 449,21)	4 692 810,80	4 638 442,05
Passivo e Capital Próprio					
Passivo					
Provisões técnicas		642 256,86	0,00	642 256,86	572 443,95
Provisão para prémios não adquiridos	12	411 179,45		411 179,45	315 051,33
Provisão matemática do ramo vida				0,00	
Provisão para sinistros		231 077,41	0,00	231 077,41	257 392,62
De vida				0,00	
De acidentes de trabalho				0,00	
De outros ramos	12	231 077,41		231 077,41	257 392,62
Provisão para participação nos resultados				0,00	
Outras provisões técnicas				0,00	
Outros credores por operações de seguros e outras operações		179 369,43	0,00	179 369,43	84 268,83
Contas a pagar por operações de seguro directo				0,00	
Contas a pagar por outras operações de resseguro				0,00	
Contas a pagar por outras operações	14	179 369,43		179 369,43	84 268,83
Passivos por impostos		51 443,59	0,00	51 443,59	58 810,45
Passivos por impostos correntes	19	51 443,59		51 443,59	58 810,45
Passivos por impostos diferidos				0,00	
Acrescimos e diferimentos	22	42 040,52		42 040,52	40 203,66
Total do Passivo		915 110,40	0,00	915 110,40	755 726,89
Capital Próprio					
Capital	20	2 500 000,00		2 500 000,00	2 500 000,00
Reservas de reavaliação	20	0,00	0,00	0,00	0,00
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros				0,00	
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio				0,00	
Por revalorização de activos intangíveis				0,00	
Por revalorização de outros activos tangíveis				0,00	
Outras reservas	20	1 088 782,18		1 088 782,18	1 017 022,98
Resultados transitados		6 896,18		6 896,18	6 896,18
Resultado líquido do exercício		182 022,04		182 022,04	358 796,00
Total do Capital Próprio		3 777 700,40	0,00	3 777 700,40	3 882 715,16
Total do Passivo e do Capital Próprio		4 692 810,80	0,00	4 692 810,80	4 638 442,05

A Administração

O Contabilista Certificado

Carlos de Alpoim Vieira Barbosa

Rui Miguel Soares Caeiro

Florbela S. Almeida

André Veloso Ferreira dos Santos

ACP MOBILIDADE, Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.

CONTA DE GANHOS E PERDAS DO EXERCÍCIO DE 2017



ACP Mobilidade-Sociedade de Seguros de Assistência, SA
Contas de Ganhos e Perdas
em 31 de Dezembro de 2017

(Unidade: Euros)

Ganhos e Perdas	Notas	31/dez/17			31/dez/16
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro		1 259 756,84	0,00	1 259 756,84	1 144 569,88
Prémios brutos emitidos	15	1 355 884,96		1 355 884,96	1 226 090,89
Prémios de resseguro cedido				0,00	0,00
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		(96 128,12)		(96 128,12)	(81 521,01)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)				0,00	0,00
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de invest. ou como contratos de prest. de serviços				0,00	0,00
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		(842 364,83)	0,00	(842 364,83)	(661 417,33)
Montantes pagos		(868 680,04)	0,00	(868 680,04)	(613 608,97)
Montante bruto				0,00	
Parte dos resseguradores				0,00	
Provisão para sinistros		26 315,21	0,00	26 315,21	(47 808,36)
Montante bruto		26 315,21		26 315,21	(47 808,36)
Parte dos resseguradores				0,00	
Custos e gastos de exploração líquidos		(319 721,72)	0,00	(319 721,72)	(339 417,74)
Custos de aquisição				0,00	0,00
Custos de aquisição diferidos (variação)				0,00	0,00
Gastos administrativos	17	(319 721,72)		(319 721,72)	(339 417,74)
Comissões e participação nos resultados de resseguro				0,00	0,00
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	16	154,61		154,61	1 707,81
Outros rendimentos/gastos			14 580,17	14 580,17	17 633,35
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial			95 667,41	95 667,41	233 162,67
Resultado Líquido Antes de Impostos		97 824,90	110 247,58	208 072,48	396 238,64
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	19		(26 050,44)	(26 050,44)	(37 442,64)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	19			0,00	
Resultado Líquido do Exercício		97 824,90	84 197,14	182 022,04	358 796,00

A Administração

Carlos de Alpoim Vieira Barbosa

Florbela S. Almeida

André Veloso Ferreira dos Santos

O Contabilista Certificado

Rui Miguel Soares Caeiro

ACP MOBILIDADE, Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.

ANEXOS DO EXERCÍCIO DE 2017



ACP Mobilidade-Sociedade de Seguros de Assistência, SA
Demonstração das Alterações no Capital Próprio
no período findo em 31 de Dezembro de 2017

(Unidade: Euros)

Descrição	Notas	Capital	Outros Instrumentos de Capital			Reservas de Reavaliação	Reservas por Impostos Diferidos	Outras Reservas				Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
			Instrumentos Financeiros Compostos	Prestações Suplementares	Outros			Reserva Legal	Reserva Estatutária	Prémios de Emissão	Outras Reservas			
Balanco a 31 de Dezembro de 2015		2 500 000,00	0,00	0,00	0,00	4 270,80	0,00	557 136,47	0,00	0,00	421 831,83	0,00	380 546,80	3 863 785,90
Correcções de erros (IAS 8)														0,00
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)														0,00
Balanco de abertura alterado		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos/reduções de capital														0,00
Ganhos líq. por ajust. no j. v. de activos financ. disponíveis para venda						2 625,38								2 625,38
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos														0,00
Aumentos de reservas por aplicação de resultados								38 054,68					(38 054,68)	0,00
Distribuição de reservas														0,00
Distribuição de lucros/prejuizos													(342 492,12)	(342 492,12)
Alterações de estimativas contabilísticas														0,00
Outros ganhos/ perdas reconhecidos directamente no capital próprio												6 896,18		0,00
Transf. entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas						(6 896,18)								0,00
Total das variações do capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	(4 270,80)	0,00	38 054,68	0,00	0,00	0,00	6 896,18	(380 546,80)	(339 866,74)
Resultado líquido do período													358 796,00	358 796,00
Distribuição antecipada de lucros														0,00
Balanco a 31 de Dezembro de 2016	22	2 500 000,00	0,00	0,00	0,00	(0,00)	0,00	595 191,15	0,00	0,00	421 831,83	6 896,18	358 796,00	3 882 715,16
Balanco a 31 de Dezembro de 2016		2 500 000,00	0,00	0,00	0,00	(0,00)	0,00	595 191,15	0,00	0,00	421 831,83	6 896,18	358 796,00	3 882 715,16
Correcções de erros (IAS 8)														0,00
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)														0,00
Balanco de abertura alterado		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos/reduções de capital														0,00
Ganhos líq. por ajust. no j. v. de activos financ. disponíveis para venda														0,00
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos														0,00
Aumentos de reservas por aplicação de resultados								35 879,60			35 879,60		(71 759,20)	0,00
Distribuição de reservas														0,00
Distribuição de lucros/prejuizos													(287 036,80)	(287 036,80)
Alterações de estimativas contabilísticas														0,00
Outros ganhos/ perdas reconhecidos directamente no capital próprio														0,00
Transf. entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas														0,00
Total das variações do capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35 879,60	0,00	0,00	35 879,60	0,00	(358 796,00)	(287 036,80)
Resultado líquido do período													182 022,04	182 022,04
Distribuição antecipada de lucros														0,00
Balanco a 31 de Dezembro de 2017	22	2 500 000,00	0,00	0,00	0,00	(0,00)	0,00	631 070,75	0,00	0,00	457 711,43	6 896,18	182 022,04	3 777 700,40

A Administração

O Contabilista Certificado

Carlos de Alpoim Vieira Barbosa

Florbela S. Almeida

André Veloso Ferreira dos Santos

Rui Miguel Soares Caeiro



ACP Mobilidade-Sociedade de Seguros de Assistência, SA
Demonstração dos Fluxos de Caixa
do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017

(Unidade: Euros)

Rubricas	Notas	Datas	
		31/dez/17	31/dez/16
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Operações de seguros			
Recebimentos de prémios de seguro		1 016 137,38	888 820,09
Recebimentos de ressegurados líquidos		260 654,87	250 995,19
Outros recebimentos de seguros			
Pagamentos de indemnizações e desp. com sinistros (líquidos)		(744 030,45)	(621 138,65)
Pagamento a ressegurados (líquidos)			
Pagamento de taxas e impostos sobre seguros		(45 533,04)	(37 467,77)
		487 228,76	481 208,86
Investimentos financeiros			
Recebimentos de renda de imóveis		12 203,52	12 203,52
Recebimentos de juros (DO+DP)		47,84	1 978,33
Outros investimentos		267 854,03	(20 553,86)
		280 105,39	(6 372,01)
Outros fluxos de caixa operacionais			
Pagamentos a pessoal		(128 651,88)	(153 293,49)
Pagamentos a fornecedores		(165 416,40)	(101 316,60)
Pagamentos de outros impostos		(3 291,68)	(107 964,08)
Pagamentos à Seg.Social		(50 952,37)	(50 339,23)
Pagamentos de seguros		(1 813,81)	(2 018,94)
Outros recebimentos / pagamentos		44 626,12	14 459,15
Pagamentos de despesas			
		(305 500,02)	(400 473,19)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		461 834,13	74 363,66
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Dividendos recebidos de participadas		198 000,00	94 495,60
Vencimento de depósitos a prazo		720 000,00	1 459 996,68
Constituição de depósitos a prazo		(1 020 000,00)	(1 440 000,00)
Pagamentos relativos a investimentos financeiros			
Outros		48 000,00	
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		(54 000,00)	114 492,28
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Juros pagos (empréstimos subordinados)			
Juros pagos (descoberto bancário)			
Dividendos pagos a acionistas		(287 036,80)	(342 492,12)
Prestações Suplementares			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das Atividades de Financiamento (3)		(287 036,80)	(342 492,12)
Variação de Caixa e seus Equivalentes (1+2+3)		120 797,33	(153 636,18)
Efeito das Diferenças de Câmbio			
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período		225 604,74	379 240,92
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período		346 402,07	225 604,74

A Administração

O Contabilista Certificado

Carlos de Alpoim Vieira Barbosa

Rui Miguel Soares Caeiro

Florbela S. Almeida

André Veloso Ferreira dos Santos



ACP Mobilidade-Sociedade de Seguros de Assistência, SA
Demonstração do rendimento integral
para o período findo em 31 de Dezembro de 2017

(Unidade: Euros)

Ganhos e Perdas	2017	2016
Resultado Líquido do Exercício	182 022,04	358 796,00
Outro rendimento integral do exercício		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Ganhos e perdas líquidos		
Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício		
Imparidade		
Alienação		
Impostos		
Ganhos e perdas líquidos em diferenças cambiais		
Benefícios pós-emprego		
Outros movimentos		
Total do rendimento integral líquido de impostos	182 022,04	358 796,00

A Administração

Carlos de Alpoim Vieira Barbosa

Florbel S. Almeida

André Veloso Ferreira dos Santos



ACP Mobilidade-Sociedade de Seguros de Assistência, SA

Desenvolvimento da Provisão para Sinistros Relativa a Sinistros Ocorridos em Exercícios Anteriores e dos seus Reajustamentos
(Correções)

em 31 de Dezembro de 2017

(Unidade: Euros)

Ramos/Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida				0,00
Não Vida				
Acidentes e doença				0,00
Incêndio e outros danos				0,00
Automóvel				0,00
Responsabilidade civil				0,00
Outras coberturas				0,00
Marítimo, aéreo e transportes				0,00
Responsabilidade civil geral				0,00
Crédito e caução				0,00
Proteção jurídica				0,00
Assistência	257 392,62	182 314,87	27 999,99	(47 077,76)
Diversos				0,00
Total	257 392,62	182 314,87	27 999,99	(47 077,76)
Total Geral	257 392,62	182 314,87	27 999,99	(47 077,76)

Notas:

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

A Administração

Carlos de Alpoim Vieira Barbosa

Florbela S. Almeida

André Veloso Ferreira dos Santos

O Contabilista Certificado

Rui Miguel Soares Caeiro



ACP Mobilidade-Sociedade de Seguros de Assistência, SA
Discriminação dos Custos com Sinistros
em 31 de Dezembro de 2017

(Unidade: Euros)

Ramos/Grupos de ramos	Montantes pagos - - prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Varição da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Acidentes e doença				0,00
Incêndio e outros danos				0,00
Automóvel				
Responsabilidade Civil				0,00
Outras coberturas				0,00
Marítimo, aéreo e transportes				0,00
Responsabilidade civil geral				0,00
Crédito e caução				0,00
Proteção jurídica				0,00
Assistência	659 618,68		(2 512,13)	657 106,55
Diversos				0,00
Total	659 618,68	0,00	(2 512,13)	657 106,55
Resseguro Aceite	209 061,36		(23 803,08)	185 258,28
Total Geral	868 680,04	0,00	(26 315,21)	842 364,83

A Administração

O Contabilista Certificado

Carlos de Alpoim Vieira Barbosa

Rui Miguel Soares Caeiro

Florbela S. Almeida

André Veloso Ferreira dos Santos



ACP Mobilidade-Sociedade de Seguros de Assistência, SA
Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros
em 31 de Dezembro de 2017

(Unidade: Euros)							
Código	Designação	2017	Montante do valor nominal	% do valor nominal	2016	Valor Total de aquisição	Valor de balanço unitário* Total
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.1	Títulos nacionais						
1.1.1	Partes de capital em filiais						
	ACP Serviços, Lda			90%	90%		2 036 981
1.1.2	Partes de capital em associadas						
	ACP Viagens e Turismo, Lda			40%	40%		155 721
1.1.3	Partes de capital em empreendimentos conjuntos						
1.1.4	Partes de capital em outras empresas participadas e participantes						
	Sub-Total	-	-	-	-	-	2 192 702
1.1.5	Títulos de dívida de filiais						
1.1.6	Títulos de dívida de associadas						
1.1.7	Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos						
1.1.8	Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes						
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
1.1.9	Outros títulos em filiais						
1.1.10	Outros títulos em associadas						
1.1.11	Outros títulos em empreendimentos conjuntos						
1.1.12	Outros títulos de outras empresas participadas e participantes						
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
	Sub-Total	-	-	-	-	-	2 192 702
1.2	Títulos estrangeiros						
1.2.1	Partes de capital em filiais						
1.2.2	Partes de capital em associadas						
1.2.3	Partes de capital em empreendimentos conjuntos						
1.2.4	Partes de capital em outras empresas participadas e participantes						
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
1.2.5	Títulos de dívida de filiais						
1.2.6	Títulos de dívida de associadas						
1.2.7	Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos						
1.2.8	Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes						
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
1.2.9	Outros títulos em filiais						
1.2.10	Outros títulos em associadas						
1.2.11	Outros títulos em empreendimentos conjuntos						
1.2.12	Outros títulos de outras empresas participadas e participantes						
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-	2 192 702
2 - OUTROS							
2.1	Títulos nacionais						
2.1.1	Instrumentos de capital e unidades de participação						
2.1.2.1	Acções						
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
2.1.2.2	Títulos de participação						
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
2.1.2.3	Unidades de participação em fundos de investimento						
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
2.1.2.4	Outros						
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
2.1.2	Títulos de dívida						
2.1.2.1	De dívida pública						
2.1.2.2	De outros emissores públicos						
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
2.1.2.3	De outros emissores						
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-	-
2.2	Títulos estrangeiros						
2.2.1	Instrumentos de capital e unidades de participação						
2.2.2.1	Acções						
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
2.2.2.2	Títulos de participação						
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
2.2.2.3	Unidades de participação em fundos de investimento						
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
2.2.2.4	Outros						
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
2.2.2	Títulos de dívida						
2.2.2.1	De dívida pública						
2.2.2.2	De outros emissores públicos						
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
2.2.2.3	De outros emissores						
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
2.3	Derivados de negociação						
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
2.4	Derivados de cobertura						
	Sub-Total	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-	-
3 - Total GERAL		-	-	-	-	-	2 192 702

* Inclui o valor dos juros decorridos

A Administração

Carlos de Alpoim Vieira Barbosa

Florbela S. Almeida

André Veloso Ferreira dos Santos

O Contabilista Certificado

Rui Miguel Soares Caeiro



ACP Mobilidade-Sociedade de Seguros de Assistência, SA
Discriminação de Alguns Valores por Ramos
em 31 de Dezembro de 2017

(Unidade: Euros)

Ramos/Grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos e gastos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
Seguro Direto					
Acidentes e doença					
Incêndio e outros danos					
Automóvel					
Responsabilidade Civil					
Outras coberturas					
Marítimo, aéreo e transportes					
Responsabilidade civil geral					
Crédito e caução					
Proteção jurídica					
Assistência	1 090 117,28	998 103,07	657 106,55		
Diversos					
Total	1 090 117,28	998 103,07	657 106,55	0,00	0,00
Resseguro Aceite	265 767,68	261 653,77	185 258,28		
Total Geral	1 355 884,96	1 259 756,84	842 364,83	0,00	0,00

Notas:

* Sem dedução da parte dos resseguradores

A Administração

Carlos de Alpoim Vieira Barbosa

Florabela S. Almeida

André Veloso Ferreira dos Santos

O Contabilista Certificado

Rui Miguel Soares Caeiro

ACP MOBILIDADE, Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017

ACP Mobilidade-Sociedade de Seguros de Assistência, SA**Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais em
31 de dezembro de 2017
(Valores Expressos em Euros)****1 Informação Geral**

A empresa ACP Mobilidade - Sociedade de Seguros de Assistência, S.A. é uma empresa de seguros de assistência de capitais privados constituída por escritura notarial em 28 de dezembro de 2006, para a qual obteve as necessárias autorizações da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

O seu capital social é de 2.500.000 euros.

A empresa ACP Mobilidade - Sociedade de Seguros de Assistência, S.A. tem a sua sede Social e escritórios, na Av^a da República n^o 62 F-1^o em Lisboa.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de Abril, com as alterações introduzidas pela Norma n.º 20/2007-R, de 31 de Dezembro e da Norma Regulamentar n.º 22/2010, de 16 de Dezembro, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das empresas de seguros estabelecidas pela ASF.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com os princípios contabilísticos definidos no Plano de Contas para o Sector Segurador e normas específicas emanadas pelo Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, adotadas nos termos do Artigo 3º do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, com exceção da IFRS 4 em que apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 2017, foram preparadas em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE em vigor nessa data, que incluem os standards emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os investimentos em terrenos, edifícios de rendimento e ativos detidos para venda.

A empresa apenas tem investimentos em empresas Associadas, Terrenos e Edifícios e Depósitos Bancários à Ordem e a Prazo, e Ativos financeiros detidos para venda, pelo que não são aplicáveis normativos relativos a outro tipo de investimentos.

a) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a empresa adquire a influência significativa direta ou indireta até ao momento em que a mesma termina, exceto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a empresa, caso em que seria usado o método do custo. As associadas são entidades nas quais o ACP Mobilidade tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que o ACP Mobilidade exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

b) Terrenos e edifícios

Os terrenos e edifícios são registados através da aplicação do justo valor. A empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil. No caso dos terrenos e edifícios, os testes de imparidade são efetuados no mínimo, numa base bianual, através do recurso a avaliações externas realizadas por avaliadores certificados.

c) Imparidade de ativos

A empresa avalia anualmente a possibilidade de algum dos seus ativos ou da unidade geradora de caixa onde o ativo está inserido poder estar com imparidade. Caso se confirme a situação de imparidade, ou seja, a situação em que a quantia escriturada é superior à quantia recuperável, a quantia escriturada é reduzida até ao valor da quantia recuperável. A quantia recuperável é a quantia mais alta entre o justo valor de um ativo menos os custos de vender e o seu valor de uso. As perdas por imparidade de contas a receber são registadas em função dos riscos de cobrança identificados no final do exercício em relação aos saldos a receber de clientes, sócios e outros devedores, através da análise da antiguidade dos saldos e de dificuldades financeiras conhecidas dos devedores. As perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis são revertidas caso se verifiquem alterações nas estimativas utilizadas na determinação da quantia recuperável. As perdas por imparidade de contas a receber são revertidas caso se verifique o efetivo pagamento da dívida ou caso o devedor demonstre capacidade e vontade de liquidação dos valores em dívida.

d) Ativos financeiros detidos para venda

Os ativos financeiros detidos para venda são valorizados ao justo valor. As variações do respetivo justo valor são levadas diretamente a capital próprio.

Os custos iniciais não incluem os custos de transação dos ativos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

São considerados ativos financeiros detidos para venda os que sejam adquiridos essencialmente com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos como um todo e que apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais.

Para efeitos de demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes, incluem moeda nacional e depósitos à ordem junto de bancos nacionais.

3.2 Comparabilidade

A comparabilidade encontra-se assegurada dado que as demonstrações financeiras de 2017 foram preparadas de acordo as IFRS aprovadas pela UE e demais normativos em vigor nessa data.

3.3 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, as seguintes estimativas:

a) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao custo total estimado que a empresa de seguros suportará para regularizar todos os sinistros que tenham ocorrido até ao final do exercício, quer tenham sido comunicados ou não, após dedução dos montantes já pagos respeitantes a esses sinistros.

b) Provisão para prêmios não adquiridos

A provisão para prêmios não adquiridos inclui a parte dos prêmios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários exercícios seguintes.

Esta provisão foi calculada pelo método “pró-rata temporis” e destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro.

Conforme recomendado pela IFRS 1, ativos e passivos são geralmente classificados globalmente no balanço, por ordem decrescente de liquidez, que é mais relevante para as instituições financeiras do que a classificação entre ativos e passivos correntes e não correntes.

Igualmente para a generalidade das empresas de seguros, as despesas são classificadas por destino nas presentes demonstrações financeiras.

4 Informação por segmentos

No relato por segmentos reportado a 31 de dezembro de 2017, a informação primária é feita por áreas de negócio.

A informação secundária é feita por área geográfica onde a empresa opera.

A ACP Mobilidade – Sociedade de Seguros de Assistência, S.A., apenas opera no ramo Assistência.

a) Balanço por segmento de negócio

Ativo	Ramo Assistência	2017	2016
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	346.402	346.402	225.605
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	2.192.702	2.192.702	2.343.034
Ativos disponíveis para venda	0	0	265.379
Empréstimos e contas a receber	1.020.000	1.020.000	720.000
Terrenos e edifícios	340.000	340.000	340.000
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	755.008	755.008	662.970
Ativos por impostos	32.430	32.430	62.733
Acréscimos e diferimentos	6.269	6.269	18.721
	4.692.811	4.692.811	4.638.442

Passivo	Ramo Assistência	2017	2016
Provisões técnicas	642.257	642.257	572.444
Outros credores por operações de seguros e outras operações	179.369	179.369	84.269
Passivos por impostos	51.444	51.444	58.810
Acréscimos e diferimentos	42.041	42.041	40.204
Outras provisões	-	-	-
	915.110	915.110	755.726

b) Balanço por segmento geográfico

A empresa desenvolve toda a sua atividade em Portugal.

c) Resultados por segmento de negócio

Conta de ganhos e perdas	Ramo Assistência	2017	2016
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1.259.757	1.259.757	1.144.570
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(842.365)	(842.365)	(661.417)
Custos e gastos de exploração líquidos	(319.722)	(319.722)	(339.418)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	155	155	1.708
Outras provisões (variação)	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	14.580	14.580	17.633
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	95.667	95.667	233.163
Resultado líquido antes de impostos	208.072	208.072	396.239
Imposto sobre o rendimento do exercício - impostos correntes	(26.050)	(26.050)	(37.443)
Imposto sobre o rendimento do exercício - impostos diferidos	-	-	-
Resultado líquido do exercício	182.022	182.022	358.796

d) Resultados por segmento geográfico

A empresa desenvolve toda a sua atividade em Portugal.

5 Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e ativos de resseguro
5.1 Gestão de Riscos

Os procedimentos associados à gestão de riscos implementados durante o ano de 2016 foram mantidos e estiveram em prática de forma contínua durante o ano 2017.

Manteve-se em vigor o Manual do Sistema de Gestão de Risco criado em 2013 e que tem como objetivo definir as linhas orientadoras e os objetivos do Sistema de Gestão de Risco da ACP Mobilidade, servindo de guia de utilização para todos os intervenientes no processo.

Relativamente ao risco operacional a companhia continuou o registo dos riscos a que a organização se encontra exposta, começando com a identificação dos riscos, o seu cálculo e avaliação, definição do plano de ação, sua gestão, revisões contínuas e seu reporte e monitorização.

Manteve-se o Modelo Organizacional da ACP Mobilidade e foi atualizado o respetivo Organograma, em consequência das mudanças ocorridas, resultantes da mudança da responsável pela Gestão de Sinistros do ACP Serviço de Assistência e da criação da função atuarial, independente do atuário responsável. No Organograma consta a estrutura e Descrição de Funções da ACP Mobilidade, nomeadamente as funções de Gestão de Riscos, Compliance e Controlo Interno, assim como o Comité de Gestão de Riscos criado em 2013.

O Comité de Gestão de Risco reuniu trimestralmente, em 2017, para analisar as ocorrências do período.

Foi continuado em 2017 o registo de ocorrências iniciado em 2014 com vista a uma quantificação mais objetiva dos riscos. Este trabalho deu origem a uma tabela de riscos que foi apreciada pelo gestor de riscos.

Foi efetuada pela Companhia a sua primeira análise do risco reputacional e criado o respetivo reporte.

Foi realizado em 2017, pelo segundo ano, o exercício de autoavaliação do risco e da solvência, com dados a 31/12/2016 e considerando o plano de negócio plurianual 2017 / 2019, o qual resultou na produção dos relatórios do exercício de autoavaliação do risco e da solvência interno e externo.

A empresa manteve em 2017 o controlo de gestão trimestral que permite acompanhar a evolução das carteiras, incluindo a sua sinistralidade e margem técnica, permitindo a monitorização periódica dos riscos em carteira, conforme detalhado no ponto seguinte.

5.2 Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e ativos de resseguro

a) Objetivos, políticas e processos de gestão dos riscos resultantes de contratos de seguro e os métodos usados para gerir esses riscos, incluindo uma descrição do processo de aceitação, avaliação, monitorização e controlo desses riscos.

Os objetivos da gestão de riscos¹ são a identificação, avaliação, mitigação, monitorização e controlo de todos os riscos materiais a que a empresa de seguros se encontra exposta, tanto a nível interno como externo, por forma a assegurar que aqueles se mantêm a um nível que não afete significativamente a sua situação financeira e os interesses dos credores específicos de seguros.

Os objetivos, políticas e processos de gestão de riscos estão definidos no Manual de Gestão de Riscos do ACP Mobilidade.

Tendo em consideração que o ACP Mobilidade apenas explora o ramo de Assistência e concentra a subscrição deste ramo nos seguros de assistência em viagem associados ao setor automóvel, a sua exposição ao risco de subscrição de apólices de seguros tem um âmbito muito restrito.

Os principais fatores de risco que em geral contribuem para acionar as garantias dos contratos de seguro são as variações das condições atmosféricas, o estado de conservação dos veículos e das vias de circulação e a própria frequência de utilização das viaturas pelos segurados.

Os contratos em vigor são analisados trimestralmente e a administração recebe trimestralmente um relatório com os resultados atualizados de cada contrato. A regularidade deste acompanhamento tem como objetivo detetar qualquer evolução anormal dos resultados de um determinado contrato, de modo a analisar a situação e tomar as medidas necessárias à sua correção.

¹ Capítulo III, Artigo 7, Nr 2 da Norma Regulamentar N.º 14/2005-R.

Dada a natureza dos riscos seguros e as características das coberturas existentes, a seguradora não necessita de recorrer ao resseguro, uma vez que não existe risco de pagamento de capitais muito elevados.

O lançamento de novos produtos e a aceitação de novos contratos, dada a especificidade da estrutura da seguradora, passa sempre por decisão da administração.

b) Sobre o risco específico de seguros (antes e após resseguro), incluindo informações acerca das análises de sensibilidade efetuadas, concentrações de risco e sinistros efetivos comparados com estimativas anteriores.

A gestão de sinistros (assistências) é efetuada por uma empresa do grupo, especializada na prestação de serviços de assistência a veículos e pessoas. Mensalmente esta empresa fornece informação detalhada da sua atividade, em suporte digital, que é analisada em termos de resultados do ano e por comparação com os anos anteriores.

Os procedimentos técnicos são acompanhados pelo responsável do Controlo Interno e pelo Gestor de Riscos, com vista à avaliação da sua eficácia e eventual necessidade de correção ou melhoria.

O atuário responsável efetua a certificação das provisões técnicas e faz a análise dos desvios entre as estimativas calculadas no ano anterior com os valores efetivamente verificados, efetuando também análises de sensibilidade. Da comparação das estimativas efetuadas em anos anteriores com os valores realmente verificados não resultaram desvios materialmente relevantes, considerando-se prudentes as estimativas efetuadas.

c) Prestação de informação qualitativa relativamente à adequação dos prémios e à adequação das provisões.

As provisões para sinistros assim como a análise da suficiência tarifária são acompanhadas regularmente pelo atuário responsável, externo e independente da empresa e as respetivas conclusões constam do relatório do atuário responsável.

As tarifas da Companhia têm-se mostrado adequadas na sua generalidade e as provisões técnicas prudentes.

O histórico da companhia permite confirmar que o run-off do ramo de assistência em viagem se esgota, na grande maioria dos processos de sinistro, no ano seguinte ao ano de ocorrência, atendendo ao carácter de curto prazo das prestações de assistência em viagem.

d) **Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afetos aos vários segmentos), calculados sem dedução do resseguro cedido.**

Da análise dos indicadores abaixo apresentados, salienta-se em 2017 um aumento dos prémios brutos emitidos relativamente a 2016, assim como dos prémios adquiridos. A taxa de sinistralidade cresceu cerca de 9%, atingindo em 2017, 66,86%, e o rácio combinado, cresceu cerca de 5%, até aos 92,24%

O aumento destes 2 indicadores contribuiu para a redução do resultado técnico.

Apresentam-se abaixo alguns indicadores:

Cálculo dos rácios constantes do anexo ao balanço 2017

Unidade monetária: Euros

	31-12-2017	Variação 2017/2016	31-12-2016	Variação 2016/2015
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1.259.757	10,06%	1.144.570	2,07%
Prémios brutos emitidos	1.355.885	10,59%	1.226.091	8,37%
Despesas				
Despesas a imputar/Prémios adquiridos	25,38%	-14,42%	29,65%	23,20%
Sinistralidade				
Taxa de sinistralidade	66,87%	15,71%	57,79%	14,18%
Taxa de sinistralidade líquida de resseguro cedido	66,87%	15,71%	57,79%	14,18%
Provisões sinistros/Custos sinistros	27,43%	-29,51%	38,92%	5,38%
Provisões de balanço/Prémios adquiridos	50,98%	1,94%	50,01%	28,94%
Rácio combinado	92,25%	5,49%	87,44%	17,09%
Resultado financeiro				
Rentabilidade provisões técnicas	0,02%	-91,93%	0,30%	-69,30%
Resultado Financeiro (1)/Prémios	0,01%	-91,77%	0,15%	-60,73%
Rácio operacional	92,24%	5,64%	87,31%	17,51%
Resultado técnico	97.825	-32,74%	145.443	-49,52%
Resultado total	182.022	-49,27%	358.796	-5,72%

(1) = Proveitos de investimento

6 Investimentos em filiais e associadas

A ACP-Mobilidade-Sociedade de Seguros de Assistência, S.A. tem participação nas seguintes empresas:

	2017						
	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
Subsidiárias							
ACP-Serviços de Assistência, Lda.	5 013 640,23	2 932 090,40	2 263 312,95	67 563,13	90%	60 806,82	2 036 980,77
ACP-Viagens e Turismo, Lda.	806.108,33	416.806,57	389.301,76	87.151,48	40%	34.860,59	155.720,98
						95.667,41	2.192.701,75

As participações financeiras estão valorizadas pelo método da equivalência patrimonial, na base da proporção dos capitais próprios constantes dos balanços das respetivas empresas, reportados a 31 de dezembro de 2017. O montante proporcional dos resultados apresentados nas contas das empresas é reconhecido em ganhos e perdas no ano a que respeita.

Ambas as empresas participadas são auditadas e as respetivas certificações não apresentam qualificações.

A ACP Mobilidade está inserida num universo de empresas que têm como acionista maioritário o Automóvel Clube de Portugal, com sede em Lisboa, na Rua Rosa Araújo.

7 Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

Caixa e equivalentes e depósitos à ordem apresentam o desdobramento que se segue:

	2017	2016
Caixa e seus equivalentes	100	100
Depósitos à Ordem	346.302	225.505
	346.402	225.605

8 Ativos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Equipamento administrativo	10
Máquinas e ferramentas	8
Equipamento informático	3
Instalações de interiores	10
Material de transporte	4
Outros equipamentos	10

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2017		2016	
	Equip. administ.	Total	Equip. administ.	Total
Ativos				
Saldo inicial	1.585	1.585	1.585	1.585
Aquisições	-	0	-	0
Saldo final	1.585	1.585	1.585	1.585
Amortizações acumuladas e perdas por Imparidade				
Saldo inicial	1.585	1.585	1.585	1.585
Amortizações do exercício	-	0	-	0
Saldo final	1.585	1.585	1.585	1.585
Ativos líquidos	0	0	0	0

9 Locações

9.1 Locações operacionais

Em 31 de Dezembro de 2017 a Empresa é locatária em contratos de locação operacional relacionados com equipamento de transporte, os quais se encontram denominados em Euros.

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi 3.733 Euros e de 4.831 Euros respetivamente.

10 Ativos intangíveis

A empresa não tem no final de 2017 no ativo qualquer elemento contabilizado como Ativo Intangível.

11 Afetação dos investimentos e outros ativos

Os investimentos e outros ativos têm a seguinte afetação a 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017		2016	
	Seguro não vida	Não afetos	Seguro não vida	Não afetos
Caixa e equivalentes	-	346.402	-	225.605
Terrenos e edifícios	-	340.000	-	340.000
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	2.192.702	-	2.343.034
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	265.379
Empréstimos concedidos e contas a receber	1.020.000	-	720.000	-
	1.020.000	2.879.104	720.000	3.174.018

11.1 Ativos financeiros detidos para venda mensurados ao justo valor

Os justos valores dos ativos financeiros a 31 de dezembro de 2017 foram determinados com base nos ativos financeiros cotados em mercados ativos e líquidos.

O detalhe da forma de determinação dos justos valores dos ativos financeiros mensurados ao justo valor por capital próprio é conforme se segue, contudo, em 31 de dezembro de 2017, a companhia não é detentora de quaisquer ativos financeiros disponíveis para venda:

	2017		2016	
	Cotações em mercados ativos e líquidos	Outros inputs de mercado	Cotações em mercados ativos e líquidos	Outros inputs de mercado
Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao justo valor				
LINDE FINANCE	-	-	35.032	-
DAIMLER	-	-	36.024	-
NATIONAL AUS BK	-	-	36.064	-
ANH-BUSCH INBEV	-	-	36.514	-
RABOBANK	-	-	36.001	-
TOYOTA MOTOR	-	-	-	-
SAP	-	-	-	-
ABN AMRO	-	-	35.683	-
ROCHE FINANCE	-	-	-	-
GRENKE FINANCE	-	-	15.092	-
BMW	-	-	34.970	-
	0	0	265.379	0

12 Provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite

À data de 31 de dezembro de 2017 o saldo desta rubrica é analisado como segue:

	2017			2016		
	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	Seguro direto	Resseguro aceite	Total
Provisão para prêmios não adquiridos	362.215	48.964	411.179	270.201	44.851	315.051
Provisão para sinistros	205.257	25.820	231.077	207.770	49.623	257.393
	567.472	74.784	642.257	477.970	94.474	572.444

A análise à adequação e suficiência das provisões para sinistros e para prêmios não adquiridos consta do relatório do atuário responsável, confirmando o valor apresentado pela gestão.

13 Outros devedores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2017 é analisado como segue:

	2017		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Contas a receber por operações de seguro direto	707.769	(6.864)	700.905
Contas a receber por outras operações de resseguro	45.342	-	45.342
Contas a receber por outras operações	8.762	-	8.762
	761.872	(6.864)	755.008

14 Outros credores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2017 é analisado como segue:

	2017	2016
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	-
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-
Contas a pagar por outras operações		
Fornecedores c/c	179.369	84.269
Pessoal	-	-
Credores diversos	-	-
	179.369	84.269

15 Prémios de contratos de seguros

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos do exercício a que respeitam, independentemente do seu pagamento, ou do seu recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

O total de Prémios brutos emitidos durante o exercício de 2017 foi de 1.355.885 Euros, assim discriminados:

	2017	2016
Prémios brutos emitidos de seguro direto	1.090.117	963.421
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite	265.768	262.670
	1.355.885	1.226.091

16 Rendimentos

Os rendimentos por categorias de ativos financeiros são analisados como segue:

	2017		2016	
	Seguro não vida	Não afetos	Seguro não vida	Não afetos
Empréstimos concedidos e contas a receber				
Juros de depósitos a prazo	155	-	1.708	-
De terrenos e edifícios				
Rendas	-	16.271	-	16.271
Outros rendimentos	-	3.561	-	13.179
	155	19.832	1.708	29.450

17 Custos e gastos de exploração

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	2017	2016
Gastos com o pessoal	181.558	203.961
Fornecimentos e serviços externos	135.227	132.828
Impostos e taxas	2.936	2.628
Outros gastos administrativos	-	-
	319.722	339.418

18 Gastos com o pessoal

Os custos com pessoal decompõem-se como segue:

	2017	2016
Remunerações		
Orgãos sociais	144.424	166.489
Pessoal	-	-
Encargos sobre remunerações		
Orgãos sociais	35.347	35.284
Pessoal	-	-
Seguros obrigatórios	1.684	2.110
Outros	103	78
	181.558	203.961

O Conselho de Administração é composto por 3 elementos, sendo apenas 2 deles remunerados.

Não existem compromissos em matéria de pensões de reforma.

Não existem adiantamentos nem foram concedidos quaisquer créditos, quer aos membros do Conselho de Administração quer ao pessoal.

Em 2017 foi remunerado o cargo de Revisor Oficial Contas, através de honorários no montante de 12.854 Euros.

19 Impostos sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias,

os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2012 a 2016 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 2017 e em 2016 é detalhado conforme se segue:

	2017	2016
Imposto corrente e ajustamentos		
Imposto corrente do período	26.050	37.443
	26.050	37.443
Impostos diferidos		
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão diferenças temporárias	-	-
	0	0
Gastos com imposto sobre o rendimento	26.050	37.443

19.1 Ativos e passivos por impostos correntes

	2017		2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
Pagamento especial por conta	-	-	-	-
Pagamento por conta	28.280	-	58.252	-
Estimativa de imposto	-	26.050	-	37.443
Retenção na fonte	4.150	-	4.481	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	3.781	-	3.891
Imposto sobre o valor acrescentado	-	-	-	-
Contribuições para a Segurança Social	-	3.796	-	3.763
Outros impostos	-	17.817	-	13.714
	32.430	51.444	62.733	58.810

20 Capital, outros instrumentos de capital, reservas de reavaliação, outras reservas e resultados transitados

20.1. Capital

Em 31 de Dezembro de 2017, o capital social encontra-se representado por 500.000 de ações nominativas, integralmente subscritas e realizadas, com o valor nominal de 5,00 euros cada, conforme detalhado no quadro abaixo:

	Nº Ações	Valor nominal	Participação no capital	Capital social
Automóvel Club de Portugal	489.300	5	97,86%	2.446.500
ACP-Viagens e Turismo, Lda.	9.000	5	1,80%	45.000
ACP-Serviços Rápidos, Sociedade Unipessoal, Lda.	800	5	0,16%	4.000
ACP-Motorsport, Lda.	500	5	0,10%	2.500
ACP-Serviços de Assistência, Lda.	400	5	0,08%	2.000
	500.000		100,00%	2.500.000

20.2 Reserva legal

De acordo com a legislação, 10% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até à concorrência do Capital Social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de Dezembro de 2017 a reserva legal ascendia a 631.071 Euros.

20.3 Outras Reservas

Em 31 de Dezembro de 2017, as outras reservas ascendiam a 457.711 Euros.

20.4 Solvência II

O novo regime de Solvência II entrou em vigor a partir em 1 de janeiro de 2016, na sequência da transposição em 2015, da Diretiva 2009/138/CE para a ordem jurídica nacional, através da Lei nº147/2015 de 9 de setembro.

A informação de abertura a 1 de janeiro de 2017 confirma o cumprimento dos requisitos de capital pela companhia, ao abrigo deste regime, conforme já acontecia no ano anterior, o primeiro ano em que vigorou o novo regime de Solvência II.

Sem prejuízo do relatório atuarial referente a 31 de dezembro não estar ainda concluído, é convicção da gestão que a companhia continuará a cumprir os requisitos de capital.

21 Partes relacionadas

A empresa é detida em 97,86% pelo Automóvel Clube de Portugal, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas nessa entidade.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	Rendimentos		Gastos	
	Prémios de seguro	Rendas imóveis	Custos sinistros	Outros gastos
ACP-Automóvel Club de Portugal	566.830	16.271	-	19.273
ACP Serviços de Assistência, Lda.	1.920	-	844.842	-
	568.750	16.271	844.842	19.273

Em 31 de dezembro de 2017 a empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	Saldos	
	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes
ACP-Automóvel Club de Portugal	571.930	73
ACP Serviços de Assistência, Lda.	2.135	173.171
	574.065	173.244

22 Acréscimos e diferimentos

A rubrica de acréscimos e diferimentos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é analisada como segue:

Acréscimos e diferimentos ativos	2017	2016
Acréscimos		
- Juros a receber	631	2.695
- Prémios	-	11.159
	631	13.854
Diferimentos		
- Seguros	317	188
- Quotizações	5.320	4.680
	5.637	4.868

Acréscimos e diferimentos passivos	2017	2016
Acréscimos		
- Auditores	7.319	12.054
- Contabilistas	-	-
- Actuário	8.610	1.845
- Avenças e honorários	-	-
- Remunerações e respetivos encargos	25.317	25.066
- Estorno de prémios faturados	-	-
- Outros	39	483
	41.285	39.448
Diferimentos		
- Rendas de imóveis	756	756
	756	756

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

Carlos de Alpoim Vieira Barbosa

Rui Miguel Soares Caeiro

Florabela S. Almeida

André Veloso Ferreira dos Santos

ACP MOBILIDADE, Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.

Relatório com os critérios de imputação de custos para o exercício de 2017

(alínea c) do nº1 do art. 3º da Norma 21/2003-R)

A ACP – Mobilidade – Sociedade de Seguros de Assistência, S.A. opera com base numa estrutura muito leve, em que tanto a área de sinistros como as áreas administrativas e de contabilidade estão subcontratadas.

Em face do exposto, decidiu-se que a totalidade dos custos a imputar no final do exercício em 31 de dezembro de 2017 fosse levada à conta de exploração, mantendo o critério de usado no exercício anterior.

Lisboa, 31 de dezembro de 2017

O Conselho de Administração

ACP MOBILIDADE, Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.

Política de remunerações

A presente política de remunerações da ACP Mobilidade – Sociedade de Seguros de Assistência, SA. (“**Sociedade**”) foi elaborada com base nas recomendações constantes da Circular n.º 6/2010 de 1 de abril, obedecendo, no que respeita aos deveres de divulgação de informação, às obrigações constantes da Norma Regulamentar N.º 5/2010-R, de 1 de abril.

A presente política destina-se exclusivamente aos membros dos órgãos de administração e fiscalização da **Sociedade**, uma vez que esta não dispõe, atualmente, na sua estrutura interna, de colaboradores que exerçam funções-chave ou quaisquer atividades suscetíveis de ter impacto material no seu perfil de risco.

Atendendo à dimensão, natureza e à especificidade da atividade desenvolvida pela **Sociedade**, esta não dispõe de uma Comissão de Remuneração, cabendo à Assembleia Geral aprovar a Política de Remuneração, a qual será avaliada, preferencialmente, uma vez por ano, pelo gestor de risco externo da **Sociedade**.

I. **Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração:**

A Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração da **Sociedade** deve assentar em critérios objetivos, ajustados à dimensão desta, procurando-se, através daquela política, não só evitar situações de conflitos de interesses, como também alinhar os mecanismos de compensação remuneratória com uma prudente e adequada gestão e controlo dos riscos da Sociedade.

Atendendo a que o Conselho de Administração da Sociedade é composto, atualmente, por três Vogais, dos quais dois Vogais exercem funções executivas estabelece-se o seguinte:

- Apenas os Vogais do Conselho de Administração da Sociedade com funções executivas são remunerados;
- O membro não executivo do Conselho de Administração não aufer qualquer remuneração, nem recebe quaisquer outros benefícios não pecuniários;
- Atendendo à dimensão da Sociedade e em conformidade com as orientações seguidas pelas restantes sociedades associadas do Automóvel Club de Portugal, os Vogais do Conselho de Administração com funções executivas auferem uma remuneração fixa, a qual será aprovada pela Assembleia Geral, não integrando a mesma qualquer componente variável, resultante de qualquer avaliação de desempenho ou fixada em função do alcance de quaisquer objetivos pré-determinados;
- Para além da remuneração fixa, um dos Vogais com funções executivas aufer ainda de subsídio de refeição, seguro de vida e de seguro de saúde, não lhe sendo atribuídos

outros benefícios não pecuniários relevantes que possam ser considerados como remuneração;

- Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, não serão pagos quaisquer prémios/bónus anuais aos membros do Conselho de Administração;
- Cabe à Assembleia Geral avaliar anualmente o desempenho dos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade;

Política de remuneração dos órgãos de fiscalização

- Os membros do Conselho Fiscal da Sociedade não auferem qualquer remuneração pelo exercício das suas respetivas funções.
- O Revisor Oficial de Contas da Sociedade auferem uma remuneração fixa, a qual é paga de forma trimestral, definida contratualmente.

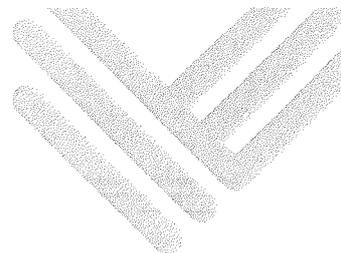
Divulgação

A Política de Remuneração da Sociedade é divulgada na página eletrónica da Sociedade (<https://assistencia.acp.pt>), sendo disponibilizadas igualmente naquela página todas as modificações introduzidas à mesma, com indicação da data em que essas modificações venham a ser aprovadas.

Anualmente e, em cumprimento do disposto na Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, de 1 de abril, o Conselho de Administração da Sociedade enviará à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões uma declaração de conformidade sobre a política de remunerações, a qual fará parte do Relatório de Gestão de Riscos e Controlo Interno.

ACP MOBILIDADE, Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **ACP Mobilidade – Sociedade de Seguros de Assistência, SA** que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 4.692.811 euros e um total de capital próprio de 3.770.700 euros, incluindo um resultado líquido de 182.022 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do ACP Mobilidade – Sociedade de Seguros de Assistência, SA, em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades, nos termos dessas normas, estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras abaixo”. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



Investimentos em empresas filiais e associadas

Descrição dos riscos de distorção material	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material identificado
<p>No final do exercício de 2017, o ACP Mobilidade regista, investimentos em empresas filiais e associadas, o montante de 2.192.702 euros. Estas participadas, de acordo com o referido na Nota 6 do ABDR, são valorizadas pelo método da equivalência patrimonial.</p> <p>Atendendo ao facto do montante escriturado destes ativos ser muito significativo no total do balanço do ACP Mobilidade e tendo em consideração que o fator de risco que mais influência tem no cálculo do capital é o risco de concentração decorrente destes investimentos, esta foi considerada uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Foram solicitadas e obtidas as demonstrações financeiras das suas duas participadas, à data de 31 de Dezembro de 2017. Procedeu-se à análise das demonstrações financeiras das referidas participadas, das respostas ao questionário de revisão remetido ao revisor oficial de contas de cada uma das participadas tendo sido solicitados e obtidos os esclarecimentos julgados necessários.</p> <p>Executámos procedimentos de auditoria que nos permitiram concluir que o método de valorização adotado é adequado e que o montante escriturado foi devidamente apurado.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º537/2014

Dando cumprimento artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:



- Fomos eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 9 de Maio de 2011 para um mandato compreendido entre 2011 e 2014. Fomos eleitos na assembleia geral de acionistas realizada em 1 de Junho de 2015 para um segundo mandato compreendido entre 2015 e 2018.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 12 de Março de 2018.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 12 de Março de 2018

José Maria Ribeiro da Cunha
Em representação de:
Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados
SROC, Lda

ACP MOBILIDADE, Sociedade de Seguros de Assistência, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

ACP MOBILIDADE - SOCIEDADE DE SEGUROS DE ASSISTÊNCIA, SA

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

Nos termos do mandato que nos foi conferido e em cumprimento da lei e do contrato de sociedade, cumpre-nos apresentar o nosso relatório e formular parecer sobre o Relatório de Gestão, Balanço, Conta de Ganhos e Perdas e respetivos Anexos, apresentados pelo Conselho de Administração da sociedade ACP MOBILIDADE - SOCIEDADE DE SEGUROS DE ASSISTÊNCIA, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Ao longo do exercício acompanhámos a gestão da Sociedade, examinando as contas, respetiva documentação contabilística e valores, bem como os demais documentos que julgamos necessários ao pleno cumprimento das nossas funções.

A Administração e os respetivos serviços prestaram-nos todos os esclarecimentos e informações de que necessitámos.

Os critérios valorimétricos adotados no exercício correspondem a uma adequada avaliação do património e dos resultados, em conformidade com as normas de contabilidade vigentes em Portugal para o sector de Seguros.

O Relatório de Gestão, o Balanço, a Conta de Ganhos e Perdas e os respetivos Anexos, satisfazem os preceitos legais e do contrato de sociedade.

O Conselho Fiscal reuniu trimestralmente para apreciação dos resultados trimestrais da Sociedade durante o ano de 2017.

O Conselho Fiscal apreciou o Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização, que foi entregue pelo Revisor Oficial de Contas ao órgão de fiscalização da Sociedade, nos termos da legislação em vigor.

O Conselho Fiscal reuniu ainda trimestralmente com o revisor oficial de contas e tomou conhecimento do conteúdo da certificação legal das contas emitida, por ele, com a qual concorda.

[Handwritten signatures and initials]

Face ao que antecede e estando cumpridas as formalidades legais e estatutárias somos de parecer que:

- a) Se proceda à aprovação do Relatório de Gestão e das Contas referentes ao exercício de 2017;
- b) Se proceda à aprovação da proposta do Conselho de Administração de aplicação do resultado líquido do exercício.

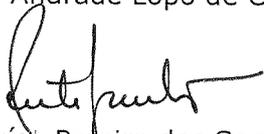
Este documento mereceu a nossa aprovação.

Lisboa, 12 de março de 2018

O Conselho Fiscal,



Manuel Andrade Lopo de Carvalho,



Rute Luísa Pereira dos Santos,

Frederico Carvalhosa Mendes de Almeida

